



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 152 - Março 2010

O TEMA CENTRAL DESTE BOLETIM: MULHERES FAZENDO CAMINHO AO ANDAR

Honrando mais uma vez o Dia da Mulher, milhares de mulheres camponesas, trabalhadoras, desempregadas fazem passeatas em todo o Brasil. A passeata é para se manifestarem contra a criminalização dos movimentos sociais, contra a violência que recai sobre as mulheres, contra o agronegócio e as monoculturas de eucalipto e cana. A passeata também é em defesa da soberania alimentar e energética, e do investimento público na agricultura camponesa.

Mas não é apenas no Brasil. Também nos cinco continentes a Passeata Mundial das Mulheres convida a marchar “na luta contra a privatização dos recursos naturais e dos serviços públicos. Fazemos a passeata pela soberania alimentar e energética, e contra a destruição e o controle de nossos territórios e contra as falsas soluções diante da mudança climática”.

No mundo todo há mulheres que ganham consciência, se organizam, reclamam, se empodeiram.

Este boletim é delas e para elas.

NOSSA OPINIÃO

- [Mulheres empodeiradas: lutas sociais e consciência de gênero](#)

EXAMINANDO A QUESTÃO DO GÊNERO E O AMBIENTE

- [Conexão de correntes ambientais e gênero](#)

MULHERES: IMPACTADAS E EMPODEIRADAS

- [A soberania alimentar nas mãos das mulheres do ecossistema de manguezal](#)
- [Nigéria: as mulheres sofrem a maldição do petróleo](#)
- [Papua-Nova Guiné: associação e fortalecimento das mulheres em plantações de dendezeiros](#)
- [Brasil: mulheres atingidas por barragens - mudanças nos modos de vida](#)
- [Legado nada promissor: as mulheres começam a se organizar contra a mineração de ouro na Tailândia](#)
- [As mulheres e a mudança climática, as mais afetadas e as menos ouvidas](#)

- As invisíveis mulheres e homens que resistem contra a destruição de seu território no Norte do Grande Chaco
- As mulheres Garo de Bangladesh: a vida de um povo da floresta sem floresta
- Brasil: por quem e por que lutam as mulheres, também no Dia 8 de Março

NOSSA OPINIÃO

- Mulheres empoderadas: lutas sociais e consciência de gênero

Ninguém duvida que estamos imersos e imersas em um longo e por vezes resistido processo de tomada de consciência das relações sociais de gênero que, em geral, têm colocado historicamente a mulher em situação de desigualdade e subordinação.

A luta da mulher, uma luta libertária desde sua condição de setor excluído, é, essencialmente, uma reclamação social de mudança nas relações e estruturas sociais que, na maioria das sociedades, através dos sistemas políticos, legais, culturais, religiosos e familiares têm restrito o papel da mulher ao âmbito privado e familiar. É, em definitivo, uma reclamação de justiça social.

No mundo ocidental é possível localizar antigas raízes na figura da francesa Olympe de Gouges, dramaturga e ativista política, que em 1791 foi autora da “Declaração dos Direitos da Mulher e a Cidadania”, em evidente contrapartida aos “Direitos do Homem e o Cidadão”. O artigo 10 de tal declaração estabelece que “a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; deve ter também da mesma forma o direito de subir à Tribuna”, expressando assim que se a mulher tem o direito a ser executada, também deveria ter o direito a falar.

No século XX, o assunto de gênero adquire maior visibilidade ao ser tomado por organismos e processos internacionais, sendo instrumental a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial das Mulheres de Beijing, em 1995, que advoga pela participação plena da mulher no exercício do poder na esfera pública.

A partir de então e progressivamente, documentos, conferências e processos internacionais foram reconhecendo formalmente o direito da mulher a participar de forma igualitária com o homem nos âmbitos de poder e tomada de decisões. No entanto, tal reconhecimento formal não se compassa com os dados estatísticos, que revelam uma sub-representação da mulher em relação ao homem nos espaços decisórios.

Em outros âmbitos, e especialmente nos países do sul, as lutas sociais diante da imposição de modelos produtivos que implicam a destruição de bens comuns como a água, a terra, o território, a soberania e até a própria cultura, têm encontrado as mulheres ao par dos homens, e por vezes na vanguarda. Essas mulheres que começam a travar batalhas geralmente não para elas mesmas mas em função dos filhos, a família, a comunidade, crescem no caminho, adquirem protagonismo,

empodeiraram-se e acabam transitando a mudança individual e a ação coletiva própria, que se torna ação política pois tenta incidir nas decisões públicas.

São avanços construídos sobre a dor, a coragem e a esperança de muitas vidas anônimas de mulheres como as do manguezal do Equador em defesa de sua soberania alimentar diante do avanço destrutivo das granjas camaroneiras; as camponesas do MST do Brasil defendendo a produção camponesa deslocada pelas plantações industriais de eucaliptos; as mulheres de Idheze, na Nigéria, que fecharam as instalações petroleiras da empresa Nigéria Agip Oil Company, cansadas de que nem sequer indenizaram a comunidade pela poluição sofrida durante anos; as mulheres do histórico Movimento Chipko, no Himalaia da Índia, abraçadas às árvores de suas florestas para defendê-las dos madeireiros. Mulheres que resistem o avanço das monoculturas de árvores, mulheres contra a mineração, contra as barragens, contra o petróleo. Contra a destruição, porque elas lutam pela vida.

E essas consciências engendram outras consciências, que são degraus para sair seja da invisibilidade seja da opressão descarada. A mulher já não quer o homem fale por ela. Um coletivo de mulheres Mapuche (1) denuncia, “A invisibilidade, negação e exclusão do Estado chileno a respeito das mulheres mapuche, que não conta com programas que envolvam a situação nem nosso modo de viver”. Mas, por sua vez, reage e acusa que isso, “também é trasladado a grande parte do mesmo Movimento Mapuche”. Fala da “invisibilidade” das mulheres mapuche apesar de terem estado “ao par com os homens, gestando o movimento, lutando pela consecução dos direitos como integrantes da sociedade e acima de tudo como mulheres”.

As Mapuche são claras e enérgicas em suas reclamações: “A reivindicação pelos direitos, a justiça, a equidade e o respeito que se exige começa em casa. Fala-se de reconstruir a ‘pátria’ Mapuche e, quem diz que deve ser pátria, que significa o que é do pater/ pai? O seio de nossa existência é a Mapu Ñuke, a mãe terra, nossa MATRIA”. (1)

Da mesma forma que suas irmãs Mapuche, mulheres do mundo todo incorporam suas reivindicações próprias às lutas coletivas e se pronunciam cada vez com mais força, tomando-se donas de seu lugar no mundo, de suas vidas.

Raquel Núñez

World Rainforest Movement

(1) “La matria mapuche”, <http://www.mapuche-nation.org/espanol/html/articulos/art-77.htm>

[início](#)

- Conexão de correntes ambientais e gênero

As mulheres frequentemente têm uma função crucial em conflitos ambientais sobre a extração de petróleo, mineração e atividades madeireiras, criação de camarões e plantação de árvores. Essas corajosas mulheres não duvidam em desafiar ao poder político, os tiranos locais e a violência armada para proteger os recursos naturais circundantes, dos que elas e suas famílias dependem. Portanto, elas protegem sua cultura, forma de vida, lugares sagrados, meios de sustentação, etc. Apesar de que esse fenômeno é muito espalhado, continua sendo pouco estudado, bem como o empoderamento que as mulheres podem atingir através dessas lutas. Este artigo fornece um panorama das diferentes correntes ambientais existentes e sua conexão com suas contrapartes de gênero, para salientar diferentes formas políticas de considerar a função das mulheres nas lutas ambientais.

As correntes ambientais podem apoiar diferentes valores, desde os mais conservadores (por exemplo, conservação de um parque nacional à custa do bem-estar das populações indígenas) até os mais progressivos, onde as preocupações ecológicas e a equidade social estão intrinsecamente relacionadas, como é o caso nas mobilizações socioambientais relacionadas com a extração (mineração, atividade madeireira, petróleo) ou processos de produção (criação de camarões, plantações). Para entender essas posições diferentes na arena política, Martínez-Alier (2002) tem proposto organizá-las sob três amplas correntes de ambientalismo - conforme detalhado infra. Além disso, exploramos a forma na que essas correntes articulam com o gênero.

Em primeiro lugar, Martínez-Alier identifica o "culto da natureza selvagem" que promove a conservação de uma natureza prístina, livre de qualquer intervenção humana. Seu apoio acadêmico é frequentemente a biologia da conservação. Comprovadamente, sua contraparte feminista é o essencialismo, onde as mulheres e os homens são considerados como psicologicamente diferentes em decorrência de suas naturezas biológicas, e suas funções atribuídas não são portanto questionadas. A emancipação das mulheres, ou, melhor dito, sua obtenção, é atingida através da valorização das tarefas, características e valores tradicionais associados com seu gênero. Em ambos os casos, a idéia é alocar espaço e/ou corpos a diferentes atividades em forma dualista e complementar, como, por exemplo, a indústria e a conservação -sem questionar o crescimento econômico- ou mulheres e homens -sem questionar as relações de gênero. Os acadêmicos "essencialistas" têm aplicado o enfoque prístino mítico às relações das mulheres com a natureza, alegando que as mulheres estão, devido à sua biologia, mais perto da natureza do que os homens. Isso deu origem a um ramo inicial de ecofeminismo (Diamond e Orenstein, 1990; Plant, 1989), recusado por acadêmicos posteriores que alegavam um ecofeminismo materialista (Mellor, 1997).

Em segundo lugar, a corrente ambientalista da "eco-eficiência" procura fazer com que o crescimento econômico seja compatível com a conservação ambiental, através da mudança técnica e através de políticas econômicas que "internalizam" as "externalidades negativas" do mercado. Hoje, é a corrente dominante e seu principal apoio acadêmico pode geralmente ser achado na economia ambiental. Aparece em noções como a "modernização ecológica", "tecnologias limpas",

"contabilidade verde". Está dominada pelo otimismo tecnológico, e o crescimento econômico é percebido como uma sustentabilidade melhoradora, conforme promove o Banco Mundial. Cada vez mais essa corrente também tende a integrar uma dimensão de gênero em suas análises, mas de forma similar ao enfoque do custo ambiental: como uma variável a ser internalizada. Sua contraparte dentro de estudos de gênero manifesta-se a si mesma através de mudanças políticas e institucionais que permitem às mulheres ter acesso a oportunidades e profissões tradicionalmente masculinas pela discriminação positiva -como um tipo de incorporação de gênero. Os assuntos de gênero e empoderamento são geralmente tratados da perspectiva das mulheres que alcançam os homens através de sua inserção na economia de mercado (trabalho remunerado, acesso à propriedade e o crédito, educação). É frequentemente o modelo masculino ocidental que determina as normas a serem atingidas, cumprindo assim com a ideologia dominante do desenvolvimento que exige que sociedades não ocidentais alcancem os países industrializados através de sua rápida inserção nos mercados mundiais.

Em terceiro lugar, temos a corrente que Martínez-Alier tem denominado "ambientalismo dos pobres" -ou o movimento de "justiça ambiental" ou "ecologia da liberação" (Peet e Watts, 1996). Essa corrente argumenta contra os impactos negativos do crescimento econômico e, mais em geral, contra a distribuição desigual de benefícios econômicos e impactos socioambientais da industrialização. Manifesta-se através de conflitos socioambientais contra a extração industrial de recursos naturais (atividades petrolíferas, de mineração e madeiras) ou produção industrial de biorecursos (plantações de árvores, criação de camarões). Esses conflitos denunciam e contestam o acesso a recursos naturais e serviços e as cargas da poluição ou outros impactos ambientais que surgem em decorrência de direitos à propriedade desiguais e desigualdades de poder e renda. Os protagonistas desses conflitos são, de um lado, o estado e/ou companhias privadas e, de outro, populações empobrecidas, rurais ou urbanas, integradas por camponeses, povos indígenas ou assalariados, exigindo justiça social. Essa corrente às vezes permanece invisível porque contesta o discurso dominante sobre a economia, mas também porque a categoria dos "pobres" é de alguma forma vaga. A categoria compreende (1) populações urbanas desprovidas, mais ou menos integradas no sistema de mercado, mas incapazes de obter uma renda decente nele; (2) os povos indígenas não integrados no mercado e considerados como "pobres", apesar de que muitos deles não são pobres, já que se adaptam à riqueza natural circundante sem miná-la; e (3) as populações rurais que se têm empobrecido pelo sistema de mercado e que lutam para proteger os ecossistemas dos quais dependem. Logicamente, nem todas as pessoas pobres são ambientalistas, mas em muitos conflitos ambientais, os pobres estão do lado da conservação dos recursos naturais, por causa de suas próprias necessidades de subsistência, ou para proteger sua saúde. Sua língua não é uma língua unificada; às vezes não é a linguagem da ecologia ocidental, nem é a da economia standard: as populações locais podem usar a linguagem de defesa dos direitos humanos, as urgências dos meios de vida, a necessidade de segurança alimentar, a defesa da identidade cultural e os direitos territoriais, o respeito pelo venerável. No entanto, a linguagem do ambientalismo ocidental está sendo usada cada vez mais por razões estratégicas (comunicação, visibilidade, proteção), porque se ajusta bem a suas demandas e porque há uma globalização das preocupações ambientais. O que é

bem interessante, os movimentos socioambientais que conseguiram obter visibilidade internacional são os que têm combinado uma identidade cultural específica (incluindo direitos territoriais, meios de vida, venerabilidade), com elementos de ambientalismo ocidental (conservação do ecossistema, biodiversidade). Esse é o caso, por exemplo, de exemplos bem conhecidos como o movimento dos seringueiros no Brasil (associado com a figura de Chico Mendes), o movimento Chipko na Índia, o Movimento Cinturão Verde no Quênia (associado com a figura de Wangari Maathai), mas também é o caso de muitos outros movimentos, como por exemplo, o movimento de Fundecol no Equador, que luta contra a criação de camarões, etc.

Guha (2000) resume as diferenças entre o "culto da natureza selvagem" e o "ambientalismo dos pobres" conforme segue: "Enquanto os ecologistas do norte têm estado muito atentos aos direitos dos animais e espécies de plantas vitimados ou em perigo de extinção, os ecologistas do Sul têm estado geralmente mais atentos aos direitos dos membros menos afortunados de sua própria espécie". O apoio acadêmico para essa corrente seria a antropologia ecológica, a agroecologia, a ecologia política e às vezes a economia ecológica.

A contraparte feminista dessa corrente poderia ser chamada de "ecofeminismo dos pobres" ou "ecologia da liberação feminina". Em muitos conflitos ambientais as mulheres têm uma função essencial -como é o caso dos movimentos mencionados supra. A divisão de gênero do trabalho, poder e direitos de acesso aos recursos naturais, que implicam responsabilidades, conhecimento e esferas de ação específicas fazem com que as mulheres e os homens percebam de forma diferente a exploração industrial. Mobilizando-se para preservar os ecossistemas, as populações femininas empobrecidas assumem ações em novas esferas, começam novas atividades e questionam identidades e relações de gênero dentro de sua própria sociedade. Além disso, em alguns casos, tentam conectar-se com o sistema de mercado através de suas próprias redes organizacionais. Esse empoderamento avança através de um processo ascendente. Os campos acadêmicos que apóiam esses movimentos e analisam as formas em que as relações de gênero estruturam o manejo, as políticas e as mudanças ambientais -e são estruturadas por elas- são ambientalismo feminista (Agarwal, 1992), ecologia política feminista (Rocheleau et al., 1996), ecofeminismo socialista ou materialista (Mellor, 1997; Merchant, 1992), economia política ecofeminista (Mellor, 2006) e economia ecológica feminista (Perkins e Kuiper, 2005; Perkins, 2007; O'Hara, 2009). Enquanto os dois primeiros campos desenvolvem um enfoque de estudo de caso, os dois seguintes estão mais interessados na filosofia da teoria econômica. O último, por sua vez, tende a integrar dois enfoques que incorporam elementos de economia ecológica, como por exemplo, tempo, economias locais, valoração e sustentabilidade.

Frequentemente, a função das mulheres nos conflitos ambientais não é bem conhecida. Às vezes, as mulheres instigam a luta, às vezes lideram e organizam a luta, às vezes interagem com os homens nos conflitos, às vezes confrontam os homens através dos conflitos e às vezes os homens têm funções de liderança em lutas enquanto as mulheres constituem a espinha dorsal do movimento. Isso tem diferentes impactos em termos de empoderamento. Agarwal (2001) propôs uma

tabela para analisar as diferentes funções que podem ser assumidas pelas mulheres:

Tabela 1. *Tipologia da participação*

Forma/Nível de participação	Aspectos característicos
Participação nominal	Participação no grupo
Participação passiva	Informação das decisões <i>ex post facto</i> ; ou assistência às reuniões, escutando durante a tomada de decisões, sem falar
Participação consultiva	Solicitação de uma opinião em assuntos específicos, sem garantia de influenciar as decisões
Participação específica-ativa	Solicitação (ou oferecimento como voluntário) para assumir tarefas específicas
Participação ativa	Expressão de opiniões, solicitadas ou não, ou adoção de iniciativas de outros tipos
Participação interativa (empoderadora)	Voz e influência nas decisões do grupo

A função das mulheres nos conflitos ambientais tem o potencial de reparar o desequilíbrio de custos e benefícios do "desenvolvimento" liderado pelas empresas, bem como de impugnar a dominação masculina local. Quando as mulheres participam ativamente nas lutas -seja liderando, organizando ou participando ativamente nas decisões- frequentemente redefinem sua posição social dentro de sua própria cultura, enquanto ao mesmo tempo desafiam à economia global.

Por Sandra Veuthey, e-mail: sandra_veuthey@hotmail.com

Referências

- Agarwal, B., 1992. "The gender and environment debate: lessons from India". *Feminist Studies* 18: 119–158.
- Agarwal, B. 2001. "Participation Exclusion, Community Forestry, and Gender: An Analysis for South Asia and a Conceptual Framework". *World Development* 29(10): 1623-1648.
- Diamond, I., Orenstein, G.F. (Eds.), 1990. *Reweaving the World*. Sierra Club Books, San Francisco.
- Guha, R., 2000. *Environmentalism: A Global History*. Longman, New York.
- Martinez-Alier, J., 2002. *The Environmentalism of the Poor. A Study of Ecological Conflicts and Valuation*. Edward Elgar, Cheltenham.
- Mellor, M., 1997. *Feminism and Ecology*. University Press, New York.
- Mellor, M., 2006. "Ecofeminist political economy". *International Journal of Green Economy* 1: 139–150.
- O'Hara, S., 2009. Feminist ecological economics: theory and practice. In: Salleh, A. (Ed.), *Eco-Sufficiency and Global Justice*. Pluto Press, New York, pp. 152–175.
- Peet, R., Watts, M., 1996. *Liberation Ecologies*. Routledge, Londres.
- Perkins, E., Kuiper, E., 2005. "Exploration: feminist ecological economics". *Feminist Economics* 11: 107–150.
- Perkins, E., 2007. "Feminist ecological economics and sustainability". *Journal of*

Bioeconomy 9: 227–244.

Plant, J., 1989. *Healing the Wounds: The Promise of Ecofeminism*. Green Print, Londres.

Rocheleau, D., Thomas-Slayter, B., Wangari, E., 1996. *Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences*. Routledge, New York.

[início](#)

MULHERES: IMPACTADAS E EMPODEIRADAS

- A soberania alimentar nas mãos das mulheres do ecossistema de manguezal

Esta história está cultivada com os pensamentos, as experiências, os sonhos, as palavras e as mãos de mulheres coletoras da concha em Esmeraldas, província localizada no norte do Equador.

As condições de vida lá são difíceis: o acesso às comunidades geralmente é duro; existem escolas em alguns locais, mas muitas vezes os professores e professoras desanimam e vão embora. Para os rapazes e as moças estudarem, os pais e mães têm que fazer grandes esforços e enviá-los fora. A água não é boa para consumo e os alimentos cada vez são mais escassos.

Com a chegada dos tanques camaroneiros foram embora os manguezais, as propriedades também desapareceram. Não respeitaram nem os mortos, pois invadiram até os cemitérios. As pessoas vão embora à procura de melhoras para suas vidas, mas sempre voltam porque o que elas aprenderam foi mesmo a coletar, pescar e semear alimentos.

Iniciamos este raciocínio com enorme felicidade. Já faz tempo que estamos lutando pela defesa do ecossistema de manguezal, viemos conversando sobre como perdemos os alimentos, o trabalho, as terras. Até a dignidade querem tirar de nós. Estamos presas entre a destruição das florestas primárias e os tanques camaroneiros, e agora também entre as plantações de eucaliptos e de dendzeiros, que avançam ameaçando nossa sobrevivência.

Sentamos para conversar cerca de noventa mulheres que todos os dias partilhamos a jornada de coleta da concha entre as raízes dos mangues. Juntas, nós abrimos mais uma porta para avançar nesse caminho. Rosa, Jacinta, Delfida, Uberlisa, Fátima, Gladys, Digna, Reverside, Anita, Nelly, Albita, Lucety, Ismelda, Nancy, Danny, Daila, Mercedes, María, Andrea, Estefanía, Santa, Lourdes, Marianeli, Flora, Herlinda, Tasiana, Rita, Ramona, Marieta, Carmen, Pastora e Ninfa são mulheres com as quais levamos quase vinte anos de luta pela defesa do ecossistema manguezal, desde a década de 80, quando os tanques de criação e cultivo de camarão começaram a invadir os mangues. Levamos anos lutando, “mas não estamos cansadas”.

Ao calor de um prato de comida tradicional, ao abrigo da inteligência e a alegria

brincalhona das mulheres de Esmeraldas que coletam concha, lavramos esta história para dividir com outras mulheres, com outras lutas, com outras esperanças... , e nesta festa meteram a colher também Don Garci, Goyo, Cocoa, Edgar, Pirre, La Mona, Fifo, Maximo e Alfredo.

“Como um pesadelo do qual devemos acordar”

“Certo dia acordamos e parecia um sono ruim, um pesadelo. Uns com máquinas, outros com facões, todos destruindo as florestas de mangue; depois o fogo acabava com tudo o que restasse. Havia grandes cartazes de ‘Propriedade privada. Não entre’, e umas caveiras apareciam, também, pintadas nos cartazes”. Depois eram os guardas armados que com cães impediam a passagem das mulheres coletoras da concha para os poucos espaços de mangue que sobreviviam. Os guardas insultavam e perseguiram as mulheres com cães e com ameaças de morte.

Assim começou a história de destruição no cantão Muisne, no sul da província de Esmeraldas. Isso era no final dos anos 80. Nesse então, a aquíicultura industrial do camarão já vinha destruindo o ecossistema manguezal e as propriedades camponesas desde a província de El Oro.

No começo, a população acreditou nas ofertas dos empresários: “Chegavam lá como em época de campanha política, prometiam até o céu. Nos primeiros anos parecia que vinha a bonança. Todas e todos saíamos para coletar larvas de camarão e para pescar camarões antes da desova a fim de entregá-los à indústria. Mas logo tudo acabou e aqui estamos nós, de braços cruzados sem termos nada”. As pessoas das comunidades nunca imaginaram que em poucos anos, suas vidas estivessem tão afetadas.

“Con la recolección de la concha, mi madre parió y crió diez hijas. Todas estudiamos hasta el colegio y nunca faltó en la casa. No con lujos, pero había de todo a la hora de comer: diversos tipos de cangrejo como el guariche, el tasquero, la mapara; también animal de monte, gallina de campo, y concha, almeja, mejillón, pescado. El plátano antes abundaba más. En esos años había porque todos tenían sus pequeñas finquitas. Se cultivaba en los patios de las casas, también, y en las eras había todo lo que es hierbitas: la chillangua, orégano grande, orégano chiquito, chirarán, cebollita, menta e palo. Se comía la pepa e pan, la chonta, la chontilla...de todo abundaba. Ahora una familia conchera vive bien pobremente, las camaroneras ocupan los manglares y ocupan las tierras que eran de nuestro abuelos. Muchas fincas se perdieron.”

“Com a coleta da concha, minha mãe pariu e criou dez filhas. Todas nós estudamos até ensino fundamental e jamais faltou nada em casa. Não havia luxo, mas tinha de tudo na hora de comer: diversos tipos de caranguejo como o guariche (*Ucides Occidentalis*), o tasquero (*Goniopsis Pulchra*, a mapara (*Callinectes toxodes*); também animais de monte, galinha de campo, e concha, amêijoas, mexilhões, peixe. A banana antes era mais abundante. Naquele tempo tinha porque todos tinham suas pequenas propriedades. cultivavam nos quintais das casas, também, e nos campos tinha tudo o que fosse erva: a chillangua (coentro-bravo) orégano grande, orégano pequeno, chirarán (manjeriço), cebolinha, hortelã e palo. Comíamos a pepa e pão, a chonta, a chotilla... tinha muito de tudo. Agora uma

família que coleta concha vive na pobreza, as camaroneiras ocupam os manguezais e ocupam as terras que eram de nossos avós. Muitas propriedades perderam-se.”

As mulheres coletoras da concha do cantão Muisne contam que a paróquia Bolívar, no sul do cantão, antigamente era mais espaçosa, tinha árvores de manga, de abacate, de laranja, de goiaba, de limão, de mandarina, tinha coqueirais. Em cada quintal havia “chacras”; lá tinha milho, feijões, mandioca, batata-doce, sagu, tomate, pimentão picante, pimentão doce, batata-doce-roxa, batata-doce-amarela e batata. Contam as mulheres que logo ao descer para o quintal já tinham à mão todos os temperos: cebola branca, cebola alho, cebolinha. Tinha também plantas aromáticas: tomilho, hortelã, lima espanhola e outros. A mesma paisagem é descrita pelas mulheres de Bunche e de Daule.

Sabemos como vai se deteriorando a vida dos companheiros pescadores, dos carengueiros, dos carboneiros, porque todos nós somos um só: nós as mulheres, os companheiros, os manguezais. Os contos, as lendas, as danças, os cantos já quase não existem.

Antigamente tinha grandes bailes públicos em grandes salões. Ao som do violão o povo comemorava suas festas. Nessa área o violão era muito tocado. O povo negro chegou ao cantão Muisne com seus tambores, seus cantos (arrullos e alabados) por volta dos anos 40, e fundiram-se com os costumes e a cultura do povo manabita (moradores da província de Manabí). Todos e todas foram para o manguezal, e nele fizeram sua vida.

“Mas o que eu sempre digo é que o mais importante é nossa luta política. Essa não deve desmaiar nunca, aliás, deve crescer. O mais importante é recuperarmos nossa empresa natural, nosso ecossistema manguezal. Lá ninguém nos pede documentos, ninguém nos impõe limite de idade, somos recebidos com humildade. Fora isso, tudo é complementar. Não permitiremos que seja legalizada a indústria camaroneira, porque se o governo entregar as terras, eles se tornarão mais soberbos e vão querer nos humilhar”. Assim se manifesta Andréia, 24 anos, mãe de três filhos, com toda a força da mulher concheira da província de Esmeraldas.

Dizem as mulheres coletoras da concha do cantão Muisne que apesar da dor profunda ao verem a destruição do ecossistema manguezal e mesmo que a impotência tomasse conta delas, devido à rapidez com que era destruído o ecossistema, seu pensamento as desafiava a encontrar algum caminho. Felizmente, estavam juntas; havia organizações comunitárias, nesse então o cantão Muisne aprendia da história da Organização Camponesa de Muisne Esmeraldas (OCAME)- uma forte organização inspirada pela igreja dos pobres.

Hoje a proposta é recuperar o ecossistema manguezal e junto com ele recuperar tudo o que se perdeu, porque até a cultura eles vão nos tirando. Quando o manguezal é reflorestado, vem junto a concha, aparecem também os tasqueros, os churos *Pomacea maculata*, as chorgas *Chione subrugosa*, os caranguejos. Também vem o trabalho comunitário porque sozinhas nós não podemos, e sempre nossas comunidades têm se caracterizado pela solidariedade, a reciprocidade. As famílias sobrevivem porque entre todos se sustentam- se apóiam: avôs e avós,

filhos e filhas, netos e netas, tios e tias, mãe e pai e “quem estiver de passagem”, todos e todos contribuem, não apenas com dinheiro, mas com trabalho, com companhia, com bons conselhos. E isso deve ser mantido.

O que ainda está “baixinho” é o trabalho com a produção das propriedades e dos campos, mesmo que já tenhamos começado. Mas devemos dar uma força porque é como um corpo incompleto, como se faltassem as mãos ou talvez o coração. Estamos fazendo feiras dos produtos do manguezal e das propriedades; chamadas de Feiras de Soberania Alimentar. Trata-se de comercializar o que é produzido, o que é próprio da nossa terra, que não tem produtos químicos. Também tiramos produtos do manguezal, mas com a mensagem de que a concha deve ser grande, aquela de 4,5cm que já é boa para vender; a pequena deve ser devolvida ao manguezal para completar seu crescimento. Também com o caranguejo queremos fazer a mesma coisa, comercializar o caranguejo grande, cuidar dos caranguejos-fêmeas, cuidar das mães que são as reprodutoras.

“É que nós consideramos o ecossistema manguezal como nossa mãe, é assim como todos nós aprendemos. Lá tem vida, o ecossistema manguezal é um berçário, é uma indústria natural que Deus nos deu como herança, para que não sejamos pobres.”

Longas jornadas de reflexão, felizes encontros entre comunidades, reflorestamento de floresta de mangue, assim vai se construindo um processo político de resistência, de disputa de território que finalmente é uma disputa de poder.

Pelo coletivo de mulheres da Reserva Ecológica Cayapas Mataje, no norte da província de Esmeraldas, e o Refúgio de Vida Silvestre do Estuário de Manguezais Muisne Cojimies, no sul da província de Esmeraldas. Enviado por Marianeli Torres, CCONDEM, Equador, correio eletrônico: marianeli@ccondem.org.ec

[início](#)

- Nigéria: as mulheres sofrem a maldição do petróleo

A dotação natural de petróleo do Delta do Níger tem virado uma mortificante maldição.

As comunidades lutam constantemente contra as conseqüências dos derramamentos de petróleo, queima de gás e outras ameaças decorrentes das atividades de exploração desreguladas das companhias de petróleo internacionais. Muitas mulheres nestas comunidades de subsistência suportam a pesada tarefa de cuidar de suas famílias, protegendo elas da implacável poluição. A taxa de casos de câncer, infertilidade, leucemia, bronquite, asma, natimortalidade, bebês deformados e outras doenças relacionadas com a poluição é inusualmente alta nesta região. Desde Ikarama até Akaraolu e Imiringi, as mulheres estão magoadas e estão morrendo.

Como disse um granjeiro, Marthy Berebo, "Se eu me despisse perante você, você

verá o grau dos danos que essa poluição tem causado em meu corpo. Meu corpo inteiro está cheio de dores.”

Ikarama, comunidade principalmente de pesca e de atividade granjeira de 10.000 habitantes, também está classificada como uma das comunidades mais poluídas no Delta do Níger. Estabelecida ao longo do riacho Taylor, Ikarama alberga tanto a Nigeria Agip Oil Company (NAOC) quanto a Shell Petroleum Development Company (SPDC). Os oleodutos da Shell, que unem os Estados do Delta, Bayelsa e Rivers, todos passam através de Ikarama. O coletor Okordia da Shell também está localizado em Ikarama. Assume-se que albergando grandes companhias internacionais como a Shell, as comunidades florescem. Mas o contrário acontece com Ikarama, já que está em uma profunda e escura concentração de pobreza. Os caminhos ainda devem ser pavimentados, como prometeu a companhia, enquanto as vidas das pessoas estão piorando, com seus meios de vida destruídos pelos freqüentes derramamentos de petróleo.

Alili Ziah é uma viúva com sete crianças. Antigamente, ela podia alimentá-los através da pesca, mas agora a água está poluída, e sua família foi forçada a depender da caridade de outras pessoas. "Toda vez que deixo armadilhas, quando vou a inspecionar, estão impregnadas com petróleo cru" ela apontou. Como Ikarama, Imiringi tem estado albergando vários dos sítios de queima de gás da Shell desde 1972. As implicações para a saúde decorrentes das chamas abertas e venenosas são enormes. As pessoas que vivem perto se queixam de erupções na pele, vermelhidão dos olhos e outras complicações. A poluição é bastante provável, já que as mulheres geralmente secam seus alimentos básicos locais, kpopko garri, perto desses locais de queima de gás. A saúde reprodutiva das mulheres também tem sido afetada, como é possível ver no aumento crescente de casos de infertilidade e deformações no nascimento.

O petróleo tem sido o sangue vital da Nigéria desde o final da década de 50, quando a Shell obteve o primeiro poço de petróleo bem sucedido em Oloibiri, no Estado de Bayelsa em 1956. Oitenta por cento da riqueza do país é quilômetros de linhas de fluxo e 400 quilômetros de oleodutos. Possui 349 sítios de perfuração. No auge de suas operações, a Shell produzia um milhão de barris de petróleo cru todo dia. Há perspectivas de que o número aumente mais uma vez.

Apesar disso, as companhias tem muito pouco para mostrar em termos de suas contribuições ao desenvolvimento das comunidades. De fato, elas tem simplesmente sujeitado as comunidades a mais pobreza e doenças, por causa de seus meios desregulados de poluir a terra, a água e o ar. Somente no Delta do Níger há mais de uma centena de sítios que queimam gás. Com muito dinheiro envolvido nesta indústria, não surpreende ver conflitos que cobram as vidas de mais de 1.000 pessoas todo ano.

Das companhias de petróleo que operam no Delta do Níger, a Shell tem sido considerada como a mais notória, já que aprovou abusos aos direitos humanos perpetrados por forças de segurança empregadas por ela. A Shell arma, equipa e paga pessoal de segurança do governo que são sempre rápidos para reprimir quaisquer sinais de insurreição e perpetram injustificáveis abusos aos direitos humanos. Em tudo isso, as mulheres são as principais vítimas, como viúvas e

mães. Elas têm sido os pilares das famílias em cujos ombros recaem muito sofrimento e privação.

Muitas mulheres ainda têm cicatrizes e têm corpos deformados em decorrência dos operativos militares que pagados pela Shell invadiram as comunidades com tanques armados, revólveres e armas, atirando e matando centenas de pessoas, incluindo mulheres e crianças, derrubando povoados inteiros e aleijando milhares, na época na que Ken Saro-Wiwa despertou a consciência da nação e da comunidade internacional sobre a injustiça ambiental em Ogoniland.

O braço esquerdo de Promise Yibari Maapie ficou permanentemente inutilizado em decorrência de um tiro. Sua filha Joy, também recebeu tiros em suas pernas. "Os soldados trouxeram dor, tristeza e fome para minha vida", ela disse para um jornalista. Depois do infame genocídio de Ogoni, tem havido muitos casos, incluindo o da Massacre de Odi em 1999, no que cidades inteiras foram devastadas. Foi um movimento de represália pelas tropas do governo, decorrente da morte de alguns militares por militantes. Em meados de 2009, aconteceram massacres e bombardeios em vários povoados do Reino de Gbaramatu no Delta do Níger. No processo, muitas mulheres foram mortas, feridas o deslocadas. Também houve casos daquelas que deram à luz nas florestas e riachos, enquanto fugiam do ataque militar. Como de costume, houve denúncias de violações pelos soldados.

As mulheres são as principais vítimas na tragédia do Delta do Níger. Além de lutar com chamas de gás e derramamentos de petróleo, elas também vivem o perigo em suas vidas. Quando oleodutos ferrugentos que trasladam petróleo cru explodem, terras agrícolas, florestas, córregos e rios são danificados. Montes de pessoas também são mortas como em outubro de 1998, quando a explosão de um oleoduto queimou aproximadamente 2000 pessoas na cidade de Jesse no etíope Município Local no Oeste do Estado do Delta. O que é pior, as intervenções do governo são inexistentes e quando existem, são tardias ou mal planejadas. Além disso, as construções de gigantes projetos de perfuração poluem e alteram os cursos de água das comunidades, privando os residentes de acesso à água. Estes impactos são sentidos mais pelas mulheres. Além de ser granjeiras, elas também fornecem alimentos e água para a família.

Apesar da tragédia que seus corpos carregam, as mulheres têm ficado sem voz em muitas comunidades. Na maioria das comunidades, é precisa a intervenção especial das organizações da sociedade civil, para que as mulheres sejam autorizadas no fórum consultor da prefeitura onde se discutem temas que envolvem as comunidades. Os homens sempre insistem que os assuntos a serem discutidos são sérios demais para as mulheres. Em muitos casos, as mulheres não podem alegar propriedade da terra. As terras agrícolas geralmente pertencem a maridos e pais. As mortes de seus maridos ou o divórcio poderiam resultar no final de sua permanência nessas terras. Portanto, os desastres ambientais constituem uma dupla tragédia para as mulheres.

No entanto, em algumas comunidades as mulheres estão organizando-se, tentando desfazer as malignas amarrações de costumes retrógradas e tomem seus destinos em suas próprias mãos.

Extraído e adaptado de : “When Blessing Becomes a Curse in the Niger Delta”, por Betty Abah, para Women in Action, a Revista de ISIS International, baseada nas Filipinas, publicado em fevereiro de 2010 (edição titulada Women in a Weary World: Climate Change and Women in the Global South). O artigo pode ser lido on-line com imagens em <http://www.wrm.org.uy/bulletin/152/Nigeria.html>. A Sra. Abah é a Responsável de Gênero de Environmental Rights Action/Friends of the Earth Nigeria. E-mail: betty@eraction.org / bettyabah@yahoo.co.uk
O documento pode ser visualizado em http://www.isiswomen.org/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=28

[início](#)

- Papua-Nova Guiné: associação e fortalecimento das mulheres em plantações de dendezeiros

Em finais de 2008, o WRM e Friends of the Earth Papua New Guinea/CELCOR organizaram um workshop conjunto com mulheres locais na Papua-Nova Guiné. O workshop referia-se às plantações de dendezeiros que estão sendo promovidas principalmente para fornecer azeite de dendê ao mercado europeu (usado em produtos, como por exemplo, cosméticos, sabão, óleo vegetal e alimentos), bem como para a produção de agrocombustíveis.

Em um país onde a maioria de sua população de 5 milhões ainda vive nas áreas rurais e baseia sua subsistência na agricultura, a produção guiada para a exportação dos dendezeiros está aumentando à custa dos meios de vida tradicionais.

O workshop reuniu mulheres de diferentes províncias e lhes permitiu expressar suas preocupações a respeito da expansão das plantações de dendezeiros: possível escassez de terras devido à expansão dos dendezeiros; poluição de rios, córregos, bem como solos e o ar, em decorrência do uso de agrotóxicos nas plantações.

No entanto, elas foram além e também trataram de assuntos de mulheres, dando idéias sobre os impactos das plantações de dendezeiros e sobre sua condição de mulheres. Elas se referiram ao reforço do controle dos homens sobre as mulheres, através do crescente controle dos homens sobre a renda da produção de dendezeiros; a restrição do acesso das mulheres a terras para cultivar, em decorrência da conversão das terras agricultáveis tradicionais em plantações de dendezeiros, transtorno social, incluindo maior alcoolismo e violência doméstica.

A reunião serviu como catalisador para a necessidade das mulheres de organizar-se, e um dos resultados do workshop foi um plano para estabelecer uma associação de mulheres dentro do quadro da campanha sobre assuntos de dendezeiros. Em novembro de 2009, foi estabelecida a associação Women in Oil Palm Association (WOPA), e neste ano de 2010, está em processo de ser registrada na Autoridade de Promoção dos Investimentos.

A Associação foi formada com o fim de:

- “Expor os impactos da indústria do azeite de dendê na Papua Nova Guiné sobre as mulheres e as crianças através de conscientização e mobilização comunitária
- Fazer campanha para a mudança em políticas governamentais, práticas de manejo de companhias de dendezeiros sobre o meio ambiente, meios de vida sociais e de sustentação e bem-estar das mulheres e das crianças
- Fazer campanhas e lobby pelos direitos das mulheres e das crianças contra a privação e violação pela indústria
- Unir as mulheres atingidas, para formar uma base sólida e estabelecer uma rede de mulheres para fazer campanhas sobre assuntos que afetam as mulheres e as crianças
- Proteger e promover os direitos das mulheres e das crianças
- Atuar como um corpo, uma voz ou um catalisador para as mulheres afetadas pelos dendezeiros
- Fazer campanhas e lobby para que o meio ambiente e os meios de sustentação da comunidade sejam defendidos, preservados e manejados de forma sustentável.”

A criação da WOPA é importante para apresentar os assuntos das mulheres na indústria dos dendezeiros na Papua-Nova Guiné, que raras vezes são abordados e são excluídos por políticas empresariais ou determinadas leis na constituição da Papua-Nova Guiné. A iniciativa da Women in Oil Palm Association é uma ajuda para as mulheres que estão fazendo campanhas pacíficas sobre os temas dos dendezeiros que estão tendo impacto em seus meios de sustentação.

Há muitos desafios no futuro para as mulheres organizadas sob a WOPA. No entanto, é um importantíssimo passo no processo de empoderamento das mulheres na luta por seus direitos, e como elas dizem "para que o meio ambiente e os meios de sustentação comunitários sejam defendidos, preservados e manejados de forma sustentável".

Adaptado do artigo "WOMEN IN OIL PALM ASSOCIATION (WOPA)" enviado por George Laume, de Friends of the Earth Papua New Guinea-CELCOR, e-mail glaume@celcor.org.pg. O artigo completo pode ser acessado em <http://www.wrm.org.uy/countries/PapuaNG/WOPA.pdf>

[início](#)

- Brasil: mulheres atingidas por barragens - mudanças nos modos de vida

A construção de usinas hidrelétricas no Brasil é marcada pelo desrespeito ao meio ambiente e à sociedade, sobretudo o desrespeito às populações atingidas, que vêem seus modos de vida se alterar drasticamente e, em nome do “desenvolvimento da sociedade capitalista”, se anular. No nosso país já foram construídas mais de 2.000 barragens que expulsaram mais de 1 milhão de pessoas de suas terras. Projetos do governo federal prevêm a construção de mais de 1.443 barragens nos próximos 20 anos; são obras que trazem consigo a falsa

promessa de geração de emprego e desenvolvimento, de respeito à natureza, de energia mais barata para o povo e de garantir os direitos de indenizações das famílias. No entanto, o que temos vivenciado é o controle das barragens por multinacionais, a geração de poucos empregos, a energia mais cara para os trabalhadores e o não pagamento de indenizações.

Ou seja, há uma ditadura instalada contra o povo que vive na beira dos rios. E não são apenas impactos concretos e materiais, como o alagamento de florestas, cidades, escolas, casas, mas também impactos imateriais e afetivos, pois com a perda do vínculo espacial, perdem-se também os laços familiares, a vivência com a comunidade e a referência da vizinhança, entre outros que atacam diretamente o “sentimento”, acarretando sérios danos à saúde e ao bem estar das populações atingidas.

Mudanças de hábitos e inferências econômicas

Não poderemos atribuir aos projetos de barragens a responsabilidade integral pela desigualdade nas relações de gênero, mas eles alteram as condições preexistentes e tendem a agravá-las. A sociedade capitalista e patriarcal é reforçada pela ação das empresas em iniciativas locais (onde a barragem está sendo ou foi construída) e estruturais do modelo capitalista.

O anúncio da construção das usinas traz diferentes reações de comportamento entre mulheres e homens. Na maioria das vezes verifica-se que as mulheres têm forte resistência em sair do território e não conseguem assimilar a possibilidade de mudanças daquele espaço. Já alguns homens se convencem com mais facilidade e vêem a possibilidade de ganhar compensação financeira ao sair do local. Um dos fatores que justificam isto é que, historicamente, os homens vinculam-se às atividades que geram ou movimentam recursos financeiros (dinheiro), ao contrário das mulheres.

Por residirem em áreas rurais, a maioria das atingidas pelas barragens mantém uma relação próxima com a terra. Usam os recursos da natureza principalmente para a alimentação, mas também usam outros bens destinados ao consumo da família, como chás, energia da lenha para cozinhar e aquecer, etc. Neste sentido, as mulheres são as principais vítimas da degradação ambiental, que implica em perdas imensuráveis para comunidades que dependem da natureza para sobreviverem.

Isso se comprova pelo dado de que 70% das famílias atingidas por barragens no Brasil não receberam indenização e nos poucos casos de reconhecimento dos direitos, a nova área é muito menor que a anterior. Sendo assim, as mulheres acabam perdendo seu espaço de produção camponesa e de autonomia. Perdem a horta ou quintal, a área de produção variada de alimentos (árvores frutíferas, ervas medicinais e animais domesticados), a área de experimentação e conservação de sementes, de complementação da renda e enriquecimento da dieta nutricional das famílias, espaços onde elas definiam o que plantar, como plantar, que sementes cultivar, etc.

Essa mudança não implica apenas na perda deste espaço de poder e decisão da

mulher, mas no aumento da sua dependência econômica com relação ao mercado e à farmácia, por exemplo. As comunidades que antes da barragem mantinham a relação com a natureza como um fator fundamental para a continuidade dos seus estilos de vida, no novo contexto, as mulheres são as maiores prejudicadas e tendem a sofrer tais impactos negativos com maior intensidade.

O processo de esvaziamento das comunidades que “sobraram” e não foram atingidas pelo enchimento do lago, tem como consequência a perda dos elos familiares, das relações de vizinhança e o esvaziamento dos espaços de encontro comunitário, como a igreja. Ao passo em que as comunidades se esvaziam, escasseia-se o serviço de transporte público, fecham-se as escolas rurais e os sistemas locais de atendimento à saúde. Assim, pode-se imaginar o impacto sobre a vida das mulheres, uma vez que recai sobre elas a provisão do cuidado com a família, com as crianças, idosos, portadores de necessidades especiais, etc. Com a escassez e, muitas vezes suspensão, dos serviços públicos de transporte a mobilidade das mulheres, e possivelmente o acesso ao emprego, estudo e lazer, se torna mais difícil.

Estas populações foram expropriadas, não somente no sentido jurídico. Estas pessoas que vivem dos rios e nas margens deles perderam as suas condições materiais de trabalho e foram desenraizadas, transplantadas geograficamente e culturalmente, expropriadas de um saber e de uma sintonia com o meio físico, a sua vizinhança, com valores “abstratos”, porém de grande importância sentimental e principalmente referencial, os quais jamais serão reconstruídos, nem podem ser medidos pelo dinheiro.

Relações afetivas e a saúde da mulher

O empobrecimento e o trauma com a ruptura social das comunidades têm um efeito mais severo sobre as mulheres, principalmente no que se refere às relações afetivas e de saúde. Em alguns casos, o empobrecimento gerado pelo deslocamento compulsório das pessoas e a chegada truculenta dessas grandes obras, aumentam os desentendimentos, a desestruturação familiar, o abandono das famílias e a migração masculina para as áreas urbanas, elevando o número de casas chefiadas por mulheres, que passam a arcar sozinhas com toda a responsabilidade da criação dos filhos. O aumento da violência doméstica, decorrente do alcoolismo, é outro efeito agravado pela desestruturação das famílias e o empobrecimento.

Quanto à saúde, normalmente a administração da casa e o bem estar da família é de responsabilidade da mulher. É ela que controla o que tem e o que está faltando, e visualiza a necessidade de “poupar” os recursos disponíveis para garanti-los por mais tempo. Isso se reflete na sua situação nutricional, pese o fato de que os padrões culturais, em diversas regiões do país, reproduzem a desigualdade entre os gêneros quando da distribuição do alimento no interior das famílias. Em algumas pesquisas, constatou-se que era recorrente a distribuição desigual dos alimentos entre homens e mulheres na família, especialmente em situações de maior escassez, como ocorre depois da chegada das barragens. “Às mulheres e meninas é atribuída uma menor porção ou são excluídos alguns alimentos considerados mais “fortes” (carne, por exemplo), uma vez que seu trabalho é

considerado "leve", exigindo "menor reposição de energia".

Ainda quanto à saúde das mulheres, a chegada de operários de outras regiões e estados para a construção da barragem e a conseqüente urbanização da região são fatores que podem elevar o nível de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a AIDS. Além disso, ocorre o aumento de casos de gravidez de adolescentes, que ficam sozinhas logo em seguida, já que depois da construção da barragem os rapazes procuram outro trabalho em outro lugar.

Se não bastasse essas relações "ocasionais", uma das estratégias utilizadas pelas empresas é a contratação de rapazes para seduzir as moças e assim, aproximar-se das famílias com o objetivo de convencê-los a sair pacificamente da comunidade e a não participar das atividades propostas pela organização dos atingidos por barragens. Outra constatação é a instalação de "negócios da prostituição", popularmente conhecidos como "zonas", próximo ao canteiro de obras da barragem ou junto ao alojamento dos trabalhadores. Essa estratégia das empresas tem o objetivo de "entretê-lo" os operários, que estão longe de suas famílias a bastante tempo. Em alguns casos, há a mercantilização do corpo das mulheres com a venda de adolescentes para a prostituição, podendo até influenciar e facilitar o tráfico internacional de mulheres.

Os fatos pontuados acima não esgotam as perdas femininas em decorrência das construções de barragens, são inúmeras as conseqüências sofridas pelas mulheres, o nosso objetivo é colocar a discussão em pauta, trazendo à tona questões que atingem diretamente às mulheres e que ao longo dos tempos foram relegadas ao esquecimento, levando as questões de gênero a uma certa invisibilidade. É possível que além dessas, muitas outras questões estejam em aberto para serem investigadas e tomadas para análise e aprofundamento, para o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos no processo de transformação social.

Por Movimento dos Atingidos por Barragens – Brasil, enviado por Setor de Comunicação – MAB, correo electrónico: imprensa@mabnacional.org.br, www.mabnacional.org.br

[início](#)

- Legado nada promissor: as mulheres começam a se organizar contra a mineração de ouro na Tailândia

Frondosos arrozais, campos cultivados de hortaliças, montanhas com florestas e povoados tranquilos no distrito de Wangsaphung da província de Loei no nordeste da Tailândia poderiam conformar um oásis de tranquilidade rural, com ar puro para respirar, hortaliças e frutas frescas para comer e água doce para beber. Desde as terras altas montanhosas até as terras baixas ao longo dos bancos do rio Mekong e seus afluentes, as terras férteis providenciam colheitas sazonais de noz de macadâmia, banana, lichia, olho-de-boi, manga, maracujá, tamarindo, grãos de café, grãos de soja, milho, arroz, gergelim, e caucho. No passado era realizada a

garimpagem de ouro em pequena escala ao longo dos leitos dos rios, já que a área é rica em minerais, como ouro, cobre e ferro. No entanto, hoje a terra e a água das quais o Povo Isaan dependeu durante gerações estão envenenadas por cianeto, arsênico e outros metais pesados. A procedência foi encontrada na recém-aberta área de mineração de ouro operada por uma companhia tailandesa de origem australiana, a Tongah Harbour Plc.

Em 1996, o Departamento dos Recursos Minerais da Tailândia iniciou um processo de aprovação para a concessão de licença de mineração de ouro em Wangsaphung solicitada pela Tugkam Ltd. (TKL), uma subsidiária da Tongah Harbour que conta com o apoio financeiro da Austrália e a Alemanha. O Ministério da Indústria tailandês outorgou a autorização final em 2003 para o concessão de uma parcela de aproximadamente dois quilômetros quadrados durante vinte e cinco anos. Em setembro de 2006, a TKL começou suas atividades na primeira mina de ouro a céu aberto localizada em topo de montanha que já tinha sido designado pelo governo tailandês como uma área de conservação. Até hoje, apenas duas áreas foram abertas, abrangendo um total de dois quilômetros quadrados, bem como uma fábrica local para cianetação e tratamento de carbono do ouro. No início de 2009, mais de cem pedidos de exploração mineira da TKL estavam pendentes de serem aprovados pelo governo tailandês.

Os moradores locais da área não souberam nada das licenças de mineração até a chegada da maquinaria da TKL. Apesar de a TKL ter alegado que tinha tomado as adequadas providências para fazer consultas com a comunidade, não há nenhuma documentação disponível a respeito do local onde essas consultas foram feitas, de quem participou delas nem do que foi discutido. Os moradores locais reclamam que essas reuniões não foram anunciadas publicamente e que a empresa escolheu meticulosamente as poucas pessoas que compareceram.

Conforme ativistas locais, não há acesso público aos acordos feitos entre a empresa e o governo nem ao certificado de concessão que indicaria o tipo e a duração das atividades mineiras nas terras que rodeiam suas granjas. Além disso, foi apenas em 2008 que alguma informação a respeito das avaliações de impacto ambiental (EIAs) exigidas pela lei foi divulgada. Tais estudos foram concluídos sigilosamente por duas firmas australianas, em conjunto com a empresa tailandesa, e com os acadêmicos tailandeses da Universidade de Khon Kaen, sem nenhuma contribuição nem participação dos moradores.

Mesmo que a Tungkam alegue estar comprometida com o “manejo ambiental”, os moradores locais informam que alguns dos efeitos mais devastadores da mineração estão relacionados com a perda de fontes locais de água limpa. A área de mineração interferiu com a rota de um manancial natural, que originariamente trazia água prístina e fresca desde a montanha através de Wangsaphung. Como uma medida de mitigação, a empresa desviou o córrego para que agora flua pelos arredores da periferia da mina. Os moradores alegam que o manancial está poluído, mas não apenas com resíduos mineiros como também COM A INADEQUADA ELIMINAÇÃO dos detritos sólidos da área mineira. Desde 2006, foram vistos inúmeros peixes envenenados flutuando nos córregos locais em muitas ocasiões. Com elevados níveis de cianeto e outros metais pesados, esse córrego flui

diretamente para o rio Loei, um afluente do transfronteiriço rio Mekong. Além disso, os moradores percebem que a água poluída da mina desce a montanha durante os monções, e eles estão preocupados porque os metais pesados irão filtrar na água subterrânea. Ao mesmo tempo, na estação seca, a poeira da mina é carregada pelo vento para as áreas residenciais, exacerbando as doenças respiratórias entre a população local.

Pela primeira vez na história, os agricultores informam a grave escassez de água que implica arrozais secos e solos áridos e rachados. Com os tanques de resíduos mineiros ao lado de suas terras, a maior parte dos residentes expressa receio pelos níveis incertos de poluição nas frutas, hortaliças e arroz que eles ainda tentam cultivar. Devido ao nível de contaminação e acidificação da água das chuvas, os residentes já não podem depender da coleta natural de água para beber. Em vez disso, eles tiveram que começar a comprar água, colocando mais pressão nos já apertados pressupostos familiares.

Ao perceberem a necessidade de aumentar a renda a fim de enfrentar a compra de alimentos e água, algumas mulheres viajam com maior frequência à capital provincial para fazer bicos diários. Ultimamente, a capacidade dos moradores locais para manter suas práticas de soberania alimentar e sustento auto-suficiente desapareceu, enquanto seus direitos a alimentos, água e saúde foram completamente roubados. Como únicas responsáveis por cozinhar, limpar e providenciar água bem como outras necessidades diárias, as mulheres testemunham que se incrementaram, conseqüentemente, as pressões relacionadas à vida doméstica.

Durante os últimos dois anos, os moradores locais começaram a denunciar erupções, problemas respiratórios, irritação severa dos olhos, enxaquecas crônicas, vertigem e sensações de fraqueza em suas extremidades. Adicionalmente, as explosões freqüentes e regulares da mina causam não apenas rachaduras nas estruturas das moradias e quebras dos vidros das janelas, como também palpitações entre os idosos, e níveis crônicos de agonia entre as crianças.

Depois de trabalhar em seus arrozais, as mulheres e os homens sofrem irritações cutâneas que resultam em descascamento da pele e abertura de ferimentos que supuram. Os homens que trabalham na mina experimentaram sérios problemas de saúde, inclusive doenças cutâneas, problemas oculares e pulmonares, insônia e degeneração neurológica. Enquanto isso, as mulheres informam que depois de lavarem as roupas usadas na mina e os campos, elas sofrem rachaduras nas mãos e braços, dores oculares e dificuldades respiratórias. Análises de sangue feitas em crianças mostraram sólidas evidências da presença de elevados níveis de cianeto e outros metais pesados. Um relatório recente, emitido em fevereiro de 2009 pelo governo tailandês também alertou os moradores para eles se absterem de beber a água local ou de usá-la para cozinhar devido aos elevados níveis de cianeto, arsênico, cádmio e manganês.

A polícia e os guardas de segurança armados têm trabalhado com a Tungkam para monitorar a área mineira e a comunidade, informando quem entra na área e na vizinhança circundante. Em geral, a população local está intimidada para falar

publicamente sobre os impactos da mineração, e em consequência, as vozes dos defensores da justiça ambiental e social permanecem mudas. A falta de oportunidades para participar das decisões que afetam o futuro de suas terras e seu sustento, bem como o silêncio dos dissidentes podem ser entendidos como nada menos do que sérias violações dos direitos políticos e sociais garantidos pelas leis nacionais e internacionais.

Inicialmente, os moradores locais estavam frustrados pela falta de comunicação, de consulta e de franqueza sobre os planos da Tungkam para as terras ancestrais dos Isaan. Posteriormente, documentos sobre a licença para mineração vazaram chegando às mãos de um biólogo local, as informações foram espalhadas na comunidade em 2006. A partir de então, um pequeno grupo de moradores- a maioria mulheres- preocupados formaram um comitê ad hoc que vem organizando reuniões comunitárias para discutir os impactos da exploração de ouro nas fontes de água locais, nos solos e nas hortaliças, na qualidade do ar e na saúde das pessoas. Foram celebrados fóruns públicos e discussões abertas, exposições fotográficas e oficinas. Conforme os membros do comitê, principalmente são as mulheres- e em particular, as novas gerações- as que participam dessas discussões sobre os impactos da mineração, e sobre as estratégias para mudarem essa situação. Em novembro de 2006, um intercâmbio com ativistas da Birmânia, o Camboja, a Indonésia e as Filipinas foi celebrado em Wangsaphung como parte de uma mobilização internacional contra a mineração comercial de ouro em grande escala. Conforme as mulheres locais, depois dessa exposição internacional, a segurança foi intensificada na área mineira. Aqueles que tentam investigar as atividades da Tungkam começaram- e ainda continuam- a ser alvo de táticas de intimidação severas.

Durante 2008, os moradores locais contribuíram a documentar os impactos na saúde do envenenamento por cianeto. Eles começaram então a apresentar queixas junto às comissões nacionais de direitos humanos e da saúde. Um relatório emitido pela Comissão dos Direitos Humanos exigiu que a Tungkam limpasse as áreas poluídas. No entanto, apesar de os comissionários validarem as preocupações comunitárias e condenarem as atividades da empresa, não foi tomada nenhuma providência corretiva. Em vez disso, a Tungkam começou a publicar seu compromisso com a “ética corporativa”, e está patrocinando as festas escolares, os torneios esportivos e bolsas de estudo para os jovens. Para os moradores de Wangsaphung, essas iniciativas são pouco honestas, e desmerecem as sérias preocupações que eles têm sobre os legados duradouros do envenenamento por cianeto e arsênico.

No final de 2009, o comitê da comunidade de Wnagsaphung buscava deter os planos de expansão da Tungkam quanto à fábrica de cianetação e processamento do ouro. Os protestos ocorreram na sede distrital do governo local e foi exigido que os documentos com detalhes da expansão fossem divulgados. Manifestações das redes da sociedade civil estão planejadas. Simultaneamente, as mulheres estão organizando cooperativas de alimentos e tecidos, que permitem que elas mantenham o senso de identidade, a continuação de princípios ecologicamente sensíveis e a prática da auto-suficiência. Esse trabalho de base pretende formar o alicerce da solidariedade coletiva a partir da qual lançar uma campanha para o encerramento da mina, e a proibição de novas minas em terras dos Isaan.

- As mulheres e a mudança climática, as mais afetadas e as menos ouvidas

Em um estudo recém- publicado na Alemanha sobre Clima e Desenvolvimento podemos encontrar as seguintes afirmações: “A pobreza atinge muitas pessoas, demasiadas pessoas- e afeta homens e mulheres de forma diferenciada e em número diferente. A maioria dos pobres são mulheres, como constatado pela pesquisa e isso está ligado ao fato de, na grande maioria dos países, as mulheres e as moças sofrerem discriminação legal e social. As mulheres têm menor acesso à educação e à saúde do que os homens, e não têm as mesmas oportunidades econômicas.

Há boas razões para acreditar que um dos resultados de tal discriminação social e política das mulheres é que elas também são afetadas de forma diferenciada pela mudança climática - uma circunstância que exacerba a pobreza e os riscos que elas enfrentam”. (1)

Uma das boas razões para acreditar que isso é verdade surge do fato de a maioria das pessoas atingidas pelos piores desastres climáticos ocorridos nos últimos anos serem pobres e mulheres, na grande maioria dos casos. Na Indonésia, por exemplo, durante o tsunami se afogaram muitas mais mulheres do que homens por diferentes motivos: porque não sabiam nadar, porque ficaram para cuidar suas crianças até o último momento, porque ficaram encerradas, porque ficaram sabendo tarde demais, porque seus longos vestidos não deixaram que elas fizessem os esforços necessários para se salvar, etc.

Em um artigo sobre “Mulheres e Mudança Climática”, Kellie Tranter, uma advogada australiana, descreve algumas das causas de morte acima mencionadas e demonstra que nos desastres denominados “naturais” morreram mais mulheres do que homens: 90% das 14.000 vítimas que morreram no ciclone que impactou Bangladesh em 1991 foram mulheres, mais mulheres do que homens morreram pela onda de calor que açoitou a Europa em 2003, e no tsunami da Indonésia em 2006, morreram de 3 a 4 mulheres por cada homem. (2)

Testemunhos revelados em 2009, em um estudo realizado com mulheres da Alemanha, Bolívia e Tanzânia (3) evidenciam que as mulheres estão sobrecarregadas com suas atividades cotidianas devido à mudança climática. Um exemplo disso acontece no departamento de Oruro na Bolívia. “Em épocas com ondas de calor secam as fontes de água e a água restante torna-se cada vez mais salgada e assim cada vez menos potável. As ventanias levam a terra solta e a secam. Além disso, aparecem novas espécies de parasitas. Há grandes prejuízos causados por uma espécie de piolho que ataca a raiz da alfafa, e assim mata a planta forrageira”. A mudança de temperaturas também faz que as culturas que antes cresciam com facilidade agora já não cresçam, e tanto as contínuas geladas quanto

as chuvas ocasionam perdas. Também diminuí o gado, pela falta de pastagem e porque apareceu uma “nova e agressiva espécie de mosquito que ataca tanto os seres humanos quanto os animais. Em suma, a mudança climática faz que a já penosa vida trabalhista das bolivianas ainda seja mais dura”.

Histórias bem semelhantes contam as mulheres de Dodoma, Tanzânia. As secas contínuas obrigam às mulheres “a percorrer um caminho cada vez mais longo para conseguir água e às vezes são forçadas a comprá-la... as colheitas minguaram de forma catastrófica. Isso causa uma preocupante escassez de alimentos no povo todo”... As mulheres devem usar diversas estratégias a fim de sobreviverem. Gladis, por exemplo, explica que, “como já não podemos contar com a renda da agricultura... também me dedico à horticultura e à criação de porcos e galinhas. Além disso, costuro mochilas para a escola... fabrico cerveja local e faço bicos”. Mas elas também reclamam que não sejam as únicas que devam se sacrificar. Exigem que o governo evite o contínuo corte de árvores e a queima de florestas que pioram o abastecimento de água e o clima ao tempo que solicitam que os países industrializados mudem seu estilo de vida.

As mulheres não podem continuar sendo vítimas e devem ser protagonistas na hora da elaboração de políticas relacionadas com a mudança climática. Se bem que já obtiveram alguns reconhecimentos formais, estes não estão refletidos nas propostas nem nas estruturas da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática.

Por um lado, grande parte das políticas propostas como (falsas) soluções para o clima irá agravar ainda mais as situações acima descritas. Por exemplo, a promoção de culturas em grande escala para ser usadas como combustíveis e as monoculturas de árvores como supostos sumidouros de carbono já provaram que têm impactos negativos sobre as florestas, os solos, a água e também sobre as mulheres.

Por outra parte, as mulheres têm sérias dificuldades para ser levadas em conta inclusive dentro da própria estrutura da Convenção, contrariando assim seus próprios enunciados. Em dezembro de 2007, em Bali, líderes internacionais declararam pela primeira vez que os “assuntos de gênero são pertinentes nas políticas relacionadas com o clima”. Em 2009, a Convenção reconheceu formalmente a participação de grupos de mulher e gênero. No entanto, recentemente, o secretário geral das Nações Unidas, Ban Kimoon, anunciou a criação de um grupo “de alto nível” encarregado nada menos que de conseguir fundos para enfrentar os impactos negativos da mudança climática nos países mais pobres e desenvolver uma economia que não esteja baseada no uso de combustíveis fósseis. (4). São 19 membros. Todos homens. Nas suas mãos pode estar o destino da humanidade. (5)

Os enunciados de “equidade de gênero” devem estar refletidos nos fatos. Já não há mais tempo. As mulheres, além de serem as que mais sofrem os efeitos da mudança climática são também fundamentais para encontrar soluções. Resolver as desigualdades de gênero é questão tanto de justiça como de sobrevivência.

(1) Extraído de “Climate Change Adaptation from a Gender Perspective, A cross-

cutting analysis of development-policy instruments de Birte Rodenberg para DIE Research Project "Climate Change and Development", Bonn 2009

(2) Publicado no Mirada Global.com <http://www.miradaglobal.com/>

(3) Tomado de "Fortalecer a las mujeres. ¡Cambiar el clima!", organización VEN

(4) Extraído do artigo de Elizabeth Becker e Suzanne Ehlers "Why are women being left out of climate decision-making?" <http://www.grist.org/article/2010-03-08-why-are-women-being-left-out-of-climate-decision-making-u.n/>

(5) Informações adicionais de comunicados de imprensa da Gender CC estão disponíveis em: <http://www.gendercc.net/>

início

- As invisíveis mulheres e homens que resistem contra a destruição de seu território no Norte do Grande Chaco

Viver não deve por que ser uma luta contra poderes assassinos. A vida das mulheres e dos homens Ayoreo dos grupos isolados (sem contato com nossa civilização) não era uma luta, era vida em e com os territórios, como durante séculos. Hoje, no entanto, e independentemente de sua vontade, sua vida vira uma resistência, um agüente -e uma *obrigação* de lutar- desde que outro mundo veio a invadir e a sobrepor-se ao deles...

Não é essa também nossa história, estejamos onde estejamos? De ver-nos presos, enredados e atascados em situações de resistência e de agüente, quando nosso interesse simplesmente era o de ficar tranquilos, de sentir felicidade, de viver?

As mulheres e os homens indígenas Ayoreo dos seis ou sete grupos que vivem "em isolamento voluntário", uma condição e denominação que não foi procurada por eles, mas que é o resultado de um processo de extermínio e encerramento, são hoje uma ínfima mas significativa minoria humana. Antigamente, os povos indígenas que povoavam toda nossa América, cada um com seu mundo diverso, eram maioria, e os minoritários e "isolados" eram os primeiros colonizadores e invasores.

Hoje, os grupos isolados Ayoreo continuam vivendo nas florestas do norte do Grande Chaco: caminhando e percorrendo seus territórios grupais, de lugar em lugar, e ao fazê-lo, acham a vida e dão vida a cada canto de sua rica e variada geografia, a que nós, com olhos de alheios à vida do mato muitas vezes percebemos como uma simples extensão de floresta uniforme e invariável na planície do Chaco. Nossa linguagem, que virou econômica, tende a descrever esse seu andar nômade como um asseguramento de "recursos" para viver: a água, tão apreciada no Chaco bastante seco, os animais que caçam e comem, as frutas que crescem no mato. Mas elas e eles não têm esse olhar que somente vê a utilidade e define todo desde a escassez: as florestas do Chaco não são pobres mas ricas, a vida dos que "ainda" vivem nessas florestas não consiste nem consistia em sobreviver e lutar. Enquanto isso, nós, ocidentais das sociedades "modernas" já não podemos conceber uma vida que não esteja submetida às pressões econômicas, como a de "ganhar-se a vida" lutando. Para muitas e muitos de nós, é

a única maneira de viver que resta, e é a que consome todas nossas energias.

No entanto, os povos da floresta que chamamos isolados não precisam "ganhar-se a vida". Eles a ganham quando nascem e a acham de novo e depois a recriam com cada passo e todo dia. O mundo no que vivem, não é seu inimigo, como é o nosso para nós. O mundo deles -que chamam de 'eami', que significa mato (floresta), e também significa mundo- os contém, os alberga e os abriga. É um mundo com o que vivem em comunicação, esse é seu viver, e que ao mesmo tempo vive com essa comunicação, o sentem, o olham, o reconhecem, pronunciam seu nome. Respeitam esse mundo, receiam suas forças imensas, e sabem cuidar-se das mesmas. Sabem que há uma maneira de conviver com o mundo que é o "como deve viver-se", o "bom viver" e conseguindo viver assim, sem incomodar o mundo, apenas comunicando-se com o mesmo e com o que cabe a cada um, atinge-se um equilíbrio sagrado que é o que sustentou este planeta durante um longo tempo, antes de nossa época, como fruto de muitos equilíbrios guardados cuidadosamente por mulheres e homens de muitos mundos. O mundo Ayoreo é apenas um deles...

A verdade é que não sabemos bem como estão de verdade, agora mesmo. De sua vida de antes e de sempre, sabemos, através dos depoimentos colhidos daqueles que foram arrancados de seu mundo pela força, por missionários, e que conseguiram contar suas vidas. Mas com os grupos ainda agora isolados ninguém tem contato. Somente podemos discernir e colher, como frutos do mato- os sinais de sua vida e seu andar, e interpretá-las à luz de nosso conhecimento e nossa intuição. Mas no extremo norte e noroeste do Chaco vivem grupos isolados mais abrigados por matos ainda contínuos e extensos; também com mais e mais desmatamento nos arredores, mas ainda há um pouco de tranquilidade. Não é assim no sul, mais perto dos povos e das cidades nossas do Chaco Central. Lá há homens e mulheres isolados que escutam e recebem já cada dia a mensagem da destruição das florestas e de seu simples desaparecimento. E seu andar de cada dia já está marcado pela mesma. Muitos de seus lugares já viraram "não lugares", pontos do planeta que perderam seu rosto e seu nome, desaparecidos que não voltarão e que no mundo Ayoreo "já não existem". No entanto, desde o nosso, recebem novos nomes, os lugares Ayoreo mortos viram lugares de nosso mapa, (um mapa da morte?) conectados por nossos caminhos, determinados por nossas obras, produtivos de acordo com nossa definição, classificados conforme seu grau de utilidade para nós; alguns viram fazendas, outros, futuras plantações de feijão-soja (se a Monsanto conseguir a anunciada façanha da semente resistente à seca).

Enquanto isso, esses grupos Ayoreo isolados mais expostos vivem e caminham entre fazendas e companhias pecuárias, sempre invisíveis, mas já não tem aonde ir para não escutar o ruído dia e noite dos bulldôzers que derrubam mais mato próximo ou o dos caminhões em qualquer um dos muitos caminhos que impuseram o artifício da quadrícula a seu mapa.

Sabem as mulheres Ayoreo isoladas e os homens contra o que estão lutando? Há um tempo, deixaram nas bordas de seu mundo penas e sinais xamanistas com o fim de deter a desapareição do mundo, mas de balde. Devem perceber que o que tem na frente são poderes mais fortes que os de seu mundo, forças que falam outras línguas. E devem começar a duvidar de suas próprias forças, a sentir-se

ameaçados e debilitados.

Esta época do ano, os meses de fevereiro e março, é a época do pimentão do mato, e são elas, as mulheres Ayoreo, que percorrem o mato para colhê-lo. Este ano, as mulheres o farão com mais receio, com muitas mais precauções, com o estalo incessante das máquinas presente. Haverá menos pimentão. Não haverá pimentão de alguns lugares porque já não existem. Da mesma forma que o pimentão, também o caraguatá pertence ao mundo das mulheres, são elas as que o colhem para transformar suas fibras no fio para as bolsas e tecidos, seus escritos diários nos que entretecem vivências, crenças, esperanças e sonhos.

As mulheres coletoras estão ameaçadas, da mesma forma que os frutos que procuram, do mesmo jeito que os homens caçadores que estão ameaçados como os animais que caçam. Com isso, a força independente, diversa e única de seu mundo está em perigo.

O desmatamento -palavra que aqui, neste texto, soa tão abstrata e que no entanto, no Norte do Chaco é tão implacavelmente concreta- destrói tanto a vida quanto o equilíbrio do mundo Ayoreo aos poucos. Destrói a liberdade, a autonomia e a vida que independe de dinheiro e de supermercado; uma vida auto-sustentada e sustentável.

Lutar não é sempre guerrear e atacar. Às vezes é um florescer silencioso, invisível e pacífico. As mulheres -e os homens- dos grupos isolados lutam contra o desmatamento. Fazem isso com sua presença e seu apego à vida, inseparável da vida de seus territórios. Às vezes lutar é simplesmente estar e persistir, é valorar-se e virar forte, e reconhecer e estar consciente da própria riqueza.

Benno Glauser (Iniciativa Amotocodie, Chaco Paraguayo), email: bennoglauser@gmail.com

[início](#)

- As mulheres Garo de Bangladesh: a vida de um povo da floresta sem floresta

Sicilia Snal (25) é uma mulher Garo da aldeia florestal Sataria na floresta de *Shorea robusta* de Modhupur. Trata-se de uma superfície de 25000 hectares, sendo a terceira maior floresta de Bangladesh, um país que tem uma das menores coberturas florestais per capita na terra. Sicilia deve ir, como parte de sua rotina, até a floresta vizinha para coletar lenha. Esse é um direito tradicional que ela e os outros moradores sempre usufruíram.

Hoje em dia, essa histórica floresta nativa perdeu tudo menos o nome. Diminuiu a menos de dez por cento de seu tamanho original. Isso pôs à prova a forma de vida dos Garos, que ainda tentam aferrar-se à floresta. Muitos foram mortos, torturados, encarcerados por causas falsas; mulheres foram estupradas e tiveram que migrar às cidades para se transformarem em trabalhadoras industriais, cosmetologistas, empregadas do lar, etc.

Com escassa educação formal em seu afastado povoado, Sicilia complementa a renda familiar trabalhando como diarista. E, ainda tem uma carga adicional, ela continua coletando lenha da floresta vizinha que foi reduzida a meros arbustos.

Sua vida mudou drasticamente no dia 21 de agosto de 2006. No início da manhã desse dia ela foi coletar lenha como fazia habitualmente. Quando voltava para casa, ela e outras mulheres Garo deixaram as cargas que carregavam na cabeça para descansar um pouco. De repente, ela foi surpreendida por um guarda florestal que disparou desde trás com sua espingarda. Sicilia foi atingida. Mais de uma centena de projéteis entraram em seu corpo; alguns atingiram vesícula e rins. Ela ficou desacordada. Foi feita uma cirurgia em uma faculdade de medicina na cidade vizinha [Mymensingh] para remover sua vesícula.

Alguns projéteis ainda permaneceram nos rins e só puderam ser removidos depois de ela ter seu terceiro filho. Com cerca de uma centena de projéteis nas mãos e nas costas, ela não consegue realizar nenhum trabalho pesado. Como em outros casos, ela não conseguiu justiça nos tribunais. O caso dela foi acrescentado a outros milhares que ainda estão pendentes nos tribunais locais

Bihen Nokrek (35) de Joynagachha, outra aldeia florestal, foi morto de bala disparada por guardas do Departamento Florestal (FD) na madrugada do dia 10 e abril de 1996. Um comitê judicial formado por um membro e liderado por um magistrado local elaborou um único relatório final que, conforme uma fonte do FD, disse que o disparo [que matou Bihen] tinha sido justificado. Bihen Nokrek deixou mulher e seis filhos definhando na pobreza e insegurança.

Renu Nekola, uma mulher Garo da aldeia Kakraguni na mesma região foi encarcerada durante mais de um mês e meio por “danos à floresta” em 1992. Conforme Nekola, ela foi detida enquanto coletava lenha da floresta no dia 12 de dezembro de 1991. Nekola foi pega com um pequeno machado nas mãos sendo acusada por cortar uma árvore. O magistrado de um tribunal local a puniu com um mês de prisão. Mas ela já tinha passado um mês e 23 dias na prisão antes de ser proferido o veredicto conforme a lei florestal.

Sicilia Snal, Bihen Nokrek e Renu Nekola são descendentes de um tribo Garo matrilinear que se estabeleceu nessa floresta há séculos. Eles fizeram uma longa viagem do Tibete. A maior parte dos Garos habita no estado indiano de Meghalaya. A floresta era densa e cheia de vida antigamente. As pessoas cultivavam tudo. Durante séculos eles praticaram a cultura de roça e queima também nas terras altas, localmente conhecidas como Chala.

Na sociedade matrilinear dos Garo, as mulheres têm propriedades, fazem tudo, podem escolher seus maridos, e são vistas em todos os lugares fazendo todo tipo de trabalho pesado nos campos e em suas casas com um ar de liberdade, em agudo contraste com as mulheres da sociedade Muslim. Enquanto na sociedade Muslim as mulheres são obrigadas a muitas restrições, as mulheres Garo são iguais aos homens. Elas fumam tabaco e bebem com seus maridos. Elas não ficam bravas se alguém comete adultério. As ofensas podem ser resolvidas com a troca de um poucos porcos que são consumidos por todo o povoado em um clima festivo. É um povo lindo com mentes lindas que cresce na floresta. Tal situação

nunca será vista na maioria das aldeias bengalis.

Essas crianças das florestas, que já vivenciaram uma vida pacífica nas aldeias florestais, agora estão expostas ao mundo de fora devido ao rápido desaparecimento da floresta. O principal fator recente para a perda drástica de florestas nativas em Modhupur e outros lugares é a plantação de monoculturas com espécies exóticas de eucaliptos e acácia financiada pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, pela sua sigla em inglês) e o Banco Mundial. As plantações de monoculturas em rotações curtas têm efeitos severos e multiplicativos. Mais recentemente, estranhos iniciaram plantações comerciais em grande escala de banana e abacaxi entre outras.

Sem florestas, a vida das mulheres Garo em particular tornou-se difícil e perigosa. A lenha e os alimentos florestais que as mulheres sempre coletaram da floresta tornou-se escassa. Elas ainda vão à floresta que ficou reduzida a maleza e devem enfrentar “pistoleiros e armas”. Os guardas armados do Departamento Florestal, os grupos de bandidos florestais, às vezes os militares e os comerciantes de foratodos juntos- provocam- causam dificuldades insuperáveis para as mulheres Garo especialmente. Sicilia Snal e Renu Nekola são apenas duas dos milhares de mulheres que enfrentam balas, estupros e outros tipos de assédio em sua vida cotidiana nas florestas.

O severo desmatamento, plantações e invasão dos estranhos nas aldeias florestais forçam as mulheres Garo a migrar às cidades. Um fato estonteante sobre as mulheres Garo na capital Dhaka é que se você visitar qualquer salão de beleza, você verá moças GARo trabalhando tranqüilas e sorridentes. Também podem ser encontradas nos centros de fisioterapia. São as mais confiáveis como empregadas nas casas dos estrangeiros. Uns milhares de moças e mulheres Garo, desarraigadas de suas terras e florestas, fazem uma chamativa diferença na capital. Elas são mulheres extraordinárias com diferentes valores. Os tipos de trabalho que “contaminam” outras mulheres das sociedades patriarcais. A psique delas faz que elas sejam verdadeiramente iguais aos homens. Por isso, onde estiverem, elas são as que produzem as mudanças.

As mulheres Garo levam para seus povoados a renda que elas obtêm nas cidades. A floresta desapareceu da maior parte de seus povoados, mas elas se mantêm fortes. e ensinam as pessoas de outras sociedades as lições que precisam aprender. Elas sorriem diante de todas as adversidades que devem enfrentar. Elas não têm títulos das terras onde elas constroem suas moradias nos povoados florestais, mas são as únicas que mantêm as sementes da floresta. Se derem a chance, a floresta pode florescer novamente nas mãos delas.

Por Philip Gain, Society for Environment and Human Development (SEHD), Bangladesh, email: sehd@citech.net

[início](#)

Que é a felicidade? Poderíamos ter muitas respostas e poderíamos até considerar que ser feliz é um assunto estritamente pessoal. Todavia, pelo menos dois aspectos da felicidade são universais: todas e todos a queremos, e dificilmente alguém pode declarar-se feliz se tiver fome, frio, falta de casa, falta de acesso ao conhecimento construído e acumulado pela humanidade.

Como estamos em termos de 'coeficiente de felicidade'? Desde o ponto de vista de ser mulher, muito mal. Desde o ponto de vista de ser camponesas e trabalhadoras, muito mal. Desde o ponto de vista de ser mães, mal.

Mal, por que?

Dentro de casa, o serviço doméstico ainda é considerado "tarefa feminina", onde os homens que dizem já haver superado o machismo "ajudam" a fazer, mas não tomam essas tarefas como suas. As posições sexuais comumente femininas são usadas para achacar e minimizar pessoas, por exemplo alguns refrões de torcedores no futebol. Ser "mulherzinha" é ser nada, é ser escravo, é ser objeto.

Ser mãe não é apenas "padecer no paraíso". Os locais de trabalho, as escolas, espaços públicos e privados, mui poucos disponibilizam cirandas infantis para que as mães possam estar efectivamente nas atividades, sejam quais sejam. Ao buscar trabalho, a pergunta: "tens filhos?" pode ser o começo da dispensa. Em geral, o individualismo tão cultivado na modernidade não reconhece as crianças como responsabilidade coletiva, como pessoas cujo bem estar deve interessar a todos e todas. Filhos são responsabilidade unicamente de suas mães.

Como trabalhadoras ainda recebemos menos que os homens pelo mesmo trabalho fora de casa. Muitos chefes e patrões consideram as trabalhadoras também como objetos sexuais. E como camponesas, sofremos diretamente os impactos do avanço do capitalismo no campo, na forma de atuação das empresas transnacionais do agronegócio.

Ademais de tudo isso, somos espancadas e violentadas diariamente, e, o que é mais triste ainda, com um alto índice de violência praticada por pais, maridos, filhos, tios, avós..., ou seja, uma violência nascida dentro da família.

Voltemos à questão das camponesas. Poderia parecer que é um curso "natural" do desenvolvimento humano a desapareição de ofícios, como ocorreu na Revolução Industrial; logo, a desapareição das camponesas também seria "natural", pois que a "modernidade" avança para o campo. Também poderia parecer que a população que vive nas cidades não tem nada que ver com as ocorrências do campo, como com a violência das empresas do agronegocio contra as camponesas e camponeses.

Atentando para o que comemos, podemos ver duas opções nas cidades: comida "industrializada", e comida "natural". Como comida industrializada estamos falando de redes de fast-food e alimentos prontos nascidos da Bunge e outras empresas. Por comida natural estamos falando de leite, grãos, frutas, legumes, etc. cuja produção está entre 60 e 80% respondida por camponeses e camponesas.

Os efeitos de ambas as opções alimentares estão já bastante evidenciados. Altos índices de obesidade, câncer, suicídios, depressão e uma ampla variedade de enfermidades por dietas tipo McDonald. Nunca ouvimos falar de alguém doente por comer alimentos saudáveis produzidos pelo campesinato.

Logo, a tarefa de produzir a alimentação, imprescindível para a felicidade de qualquer pessoa, não pode ser um negócio, e em toda a história da humanidade as camponesas foram protagonistas em garantir alimentação de todos e todas.

O negócio de empresas transnacionais como Monsanto, Syngenta, Nestlé, Bayer, Cargill, Dupont, Basf, não é produzir comida, é produzir lucros. Nesse caminho de sempre buscar lucro, vão tentando exterminar o campesinato. E as primeiras afetadas são as mulheres camponesas.

Onde avança o agronegócio, recua o campesinato. Os poucos postos de trabalho que permanecem, são ocupados por homens mal pagos e muito explorados; para as mulheres, as alternativas são: migrar para cidades, ficar em casa totalmente dependentes, ou prostituir-se.

Para toda a sociedade isso significa menos trabalho, menos comida, menos moradias, mais violência. Que felicidade esse modelo pode construir? Se até mesmo o orgulho de saber e poder produzir o alimento, e a identidade camponesa, herdada e aperfeiçoada a cada geração, podem ser roubados pelas empresas do agronegócio?

Quando uma empresa patenteia uma semente, que é um patrimônio dos povos e deve estar a serviço da humanidade, está roubando os saberes construídos historicamente pelos camponeses e camponesas.

Em várias regiões do Brasil, as empresas de celulose estão espalhando seus desertos verdes de eucaliptos. Na Bahia, no Espírito Santo, no Maranhão, no Rio Grande do Sul, Stora Enso, Votorantim/Fibra, Suzano, vão arrancando povos indígenas, descendentes de escravos, camponeses e camponesas de suas terras, e instalando seus exércitos clonados, na forma de eucaliptos e na forma de soldados.

Nós, as camponesas, nativas, negras, do Movimento Sem Terra e da Via Campesina, nos lançamos contra o projeto de morte das empresas transnacionais. Nesse 08 de Março reafirmamos nossa luta, porque 08 de Março é dia de rosas, sem deixar de ser dia de continuar a luta, de pôr abaixo os eucaliptos e a fome que eles representam.

Anunciamos em nosso manifesto que “a gente não quer só comida, a gente quer alimento saudável, a gente quer soberania alimentar!” No Brasil, segundo pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 80% das pessoas sem acesso à renda são mulheres. O cambio dessa situação passa pela construção da soberania alimentar.

O que é Soberania Alimentar? É um povo, mulheres, homens, jovens, idosas e idosos, decidir o que quer em sua alimentação, e ter capacidade de produzir e

consumir alimentos saudáveis, na quantidade necessária e de acordo com sua cultura. Soberania alimentar implica em uma transformação cultural, onde estão contempladas novas relações entre as pessoas.

Alguns tentam desqualificar nossas lutas nos chamando de criminosas, de ignorantes, nos comparam aos quebradores de máquinas que agiram quando o sangue das trabalhadoras e trabalhadores têxteis começou a ser derramado durante a Revolução Industrial.

Qual é nosso crime? Derrubar eucalipto para produzir alimento? Barrar o roubo do patrimônio coletivo, como são as sementes, repelindo as sementes transgênicas patenteadas? Propor a construção de uma sociedade com pão, com água, com ar, educação, para todas e todos, esse é o crime e a ignorância?

Para construir soberania alimentar, precisamos combater o agronegócio e o avanço do deserto verde de eucalipto. Soberania alimentar é base da felicidade de um povo, pois implica em alimentos abundantes, saudáveis e acessíveis, e novas relações entre as pessoas, e entre pessoas e ambiente.

Homens, tenham em mente que uma mulher que convive, que luta ao lado de um homem que se declara machista, é como um escravo convivendo com alguém que se declara escravista. Que relação de igualdade e respeito pode existir numa situação assim?

Quando lutamos por uma nova sociedade, com soberania alimentar, lutamos por nossa felicidade, pessoal e coletiva. No Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, continuamos lutando por comida, mas, não queremos só comida, queremos soberania alimentar, queremos ser felizes em nossa vida no campo.

Por Janaina Stronzake, MST de Rio Grande do Sul, correio electrónico:
terrajana@gmail.com

[início](#)
